



PRESS RELEASE

PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA

UM ATESTADO DE (IN) COMPETÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO FISCAL

O Governo apresentou ontem na Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2010, tendo-se confirmado a nossa apreensão no que toca à continuidade do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Não nos cansamos de referir que o PEC, para além de estar a ser um dos principais responsáveis pelo fim de algumas empresas em situação económica difícil, com o consequente aumento do número de desempregados, é a maior aberração alguma vez criada pela fiscalidade portuguesa.

Todo o conceito do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), assenta na base da tributação do lucro, o PEC para além de ser calculado com base no volume de negócios, é cobrado ainda que as empresas tenham prejuízo.

Para além de um imposto absurdo, trata-se do maior atestado de incompetência passado pelos governantes à capacidade fiscalizadora da nossa Administração Fiscal. Criar um imposto que na prática é uma “colecta mínima” suportado pelo facto de se considerar que um número significativo de micro e pequenas empresas praticam evasão fiscal, é colocar todos os empresários no mesmo patamar.

É o mesmo que, pelo facto de admitirmos que todos os condutores infringem, nem que seja por uma só vez o código da estrada, como não é possível ter um polícia em cada esquina, ou um radar em cada km de estrada, então vamos criar uma multa que todos os automobilistas têm que pagar anualmente. Assim, caso não venham a ser apanhados, pelo menos aquela multa já pagaram!

Quando ouvimos alguns líderes partidários que até aqui defendiam veemente o final do PEC, referir que tentaram negociar a sua redução, significa que não entenderam o verdadeiro significado deste imposto.

Reduzir o seu valor para metade ou para um terço, não o torna menos aberrante. Há outras formas de criar receita fiscal, sem causticar sempre os mesmos. Porque não colocar os bancos a pagar as mesmas taxas de IRC que as sociedades comerciais?